

**A DESCOLONIZAÇÃO EM MAD MARIA DE MARCIO SOUZA:
o contra-discurso ao “progresso” na amazônia.**

Miguel Nenevé¹
Márcia Letícia Gomes²

Resumo: O pensador alemão, Walter Benjamin ataca a ideologia de progresso por causa de seu determinismo darwinista e o “otimismo cego”. Neste trabalho estudamos a obra de ficção de Marcio Souza, *Mad Maria*, como uma obra que convida o leitor a repensar a ideia de progresso e desenvolvimento na Amazônia. A pergunta que pode ser lida sub-repticiamente é: “progresso para quem?”. Além de Benjamin e Heidegger, alguns estudiosos do pós-colonialismo são importantes para nossa análise.

Palavras-chave: Progresso. Amazônia. Marcio Souza. Ficção.

Abstract: In this study we analyze Márcio Souza's *Mad Maria* as a fiction which produces a counter-discourse to the idea of progress and development. We argue that the novel reflects Walter Benjamin's critique to the ideology of progress as something inevitable. In this way the novel suggests a very good question: “Progress to whom?”. Besides Benjamin and Heidegger, some postcolonial scholars, such as Aimé Césaire, Frantz Fanon and Arturo Escobar support our analysis.

Key-words: Progress. Amazon. Márcio Souza. Fiction.

Márcio Souza, além de romancista da Amazônia, reconhecido internacionalmente, tornou-se uma autoridade em assuntos sobre esta região brasileira e, sobretudo, sobre políticas voltadas para a Amazônia. Como intelectual da região ele tem criticado muitas políticas públicas que de certa forma não contemplam o povo da Amazônia, pois suas vozes são ignoradas e suas experiências e vivências nunca levadas em consideração nos projetos governamentais. Neste artigo discutimos o romance *Mad Maria* explorando, sobretudo, o contra-discurso à ideologia do “desenvolvimento” proposto para a Amazônia. Márcio Souza critica com sátira e muito humor a construção de uma ferrovia no seio da selva Amazônica com o fim de “levar progresso” para os subdesenvolvidos. Antes de explorar o romance,

¹ Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: mneneve@hotmail.com.

² Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

apresentamos rapidamente algumas discussões sobre “progresso” e ideologia apresentadas por alguns estudiosos que pensaram sobre o tema. Iniciamos com uma breve introdução ao assunto por Martin Heidegger que apresenta questões sobre tecnologia.

O filósofo Martin Heidegger, em seu texto *The Question concerning Technology* (1969), ao questionar a relação do homem com a tecnologia, já questionava o fim da tecnologia, ou melhor, a finalidade, os benefícios que ela poderia ou não trazer. Se, como ele questiona, a tecnologia é um “instrumentum”, é necessário saber em que mãos este “instrumentum” deve ficar para atuar em favor de quem. Heidegger argumenta que a concepção instrumental da tecnologia condiciona cada tentativa de trazer o homem em uma relação correta com a tecnologia: “everything depends on our manipulating technology in the proper manner as a means” (p. 5). Nós, como seres humanos, temos alterado nossa relação com o Ser por causa da tecnologia. A última essência da tecnologia deveria residir na poética, que fica próxima à “verdade” do Ser. O homem adquire a tecnologia, ele precisa manuseá-la, precisa dominá-la e a vontade de dominá-la “o tanto mais urgente quanto mais a tecnologia ameaça fugir do controle do homem”. Tudo depende então da habilidade do ser humano de observar, ouvir e refletir antes de usar a tecnologia para que ela não fuja de seu controle. Neste caso, “fugir do controle” podemos ler também no que se refere ao “telos”, ao fim ou finalidade da tecnologia. A tecnologia pode levar o progresso, o desenvolvimento para um local “primitivo”, por exemplo. O progresso para o primitivo, para o “atrasado”, para aquele que vive à margem do desenvolvimento, pode, no entanto, ser apenas um discurso que não vai em nada melhorar a vida dos “atrasados”.

Ainda no mesmo texto, o filósofo alemão nos lembra que a palavra “tecnologia” lembra-nos de “tecnhé” que está ligada com a palavra “episteme”. Ambas as palavras são substantivos relativos ao conhecimento no sentido amplo. Eles podem significar “estar em casa”, sentir-se bem, ter domínio, pode também ser “uma revelação”. O filósofo alemão argumenta que Aristóteles distingue “tecnhé” de “episteme”, sendo que “techne” é uma forma de revelar a “aletheia”, ou seja, a verdade. “Quem quer que projete a construção de uma casa, ou um navio ou um cálice revela o que deve surgir, o que deve vir de acordo com suas perspectivas” (p. 13). Neste caso, a pergunta volta novamente: instrumento para quem e para que finalidade? A quem vai beneficiar? Se a tecnologia é um modo de revelar, o seu emprego pode revelar a política, a ideologia e neste caso, para nossa discussão, a ideologia do

progresso e do desenvolvimento. Neste aspecto autores como Walter Benjamin discutem o discurso do progresso.

A revisão crítica que Walter Benjamin faz da teoria e prática do materialismo histórico começa com a crítica sobre o conceito de progresso em si mesmo (Ver Thesis XIII). Benjamin critica o materialismo histórico, vulgar, que conhece somente o progresso como aquele que domina a natureza. Assim ele questiona a ideia de progresso. Como argumenta Michael Lowy (2002), Benjamin, diferente do marxismo evolucionista vulgar, “não concebe a revolução como resultado ‘natural’ ou ‘inevitável’ do progresso econômico e técnico (ou da “contradição entre forças e relações de produção”), mas como a interrupção de uma evolução histórica que conduz à catástrofe”. Seria um erro entender, no entanto, que Benjamin é simplesmente contra o progresso.

Creemos que pode-se afirmar que ele é contra o que o homem internaliza como a ideia do progresso, simplesmente reproduzindo sem questionar. Quando o progresso se torna o único objetivo da humanidade e não a humanidade como um todo com objetivo do progresso, repete-se o conceito de história como uma sucessão contínua que não vai favorecer quem precisa ser favorecido. Assim, ele é contra o homogêneo, o contínuo, linear. Benjamin escreve que “O conceito de progresso tinha que caminhar contra a teoria crítica da história” (p.13). O materialismo histórico carrega consigo uma imanente crítica do conceito de progresso, por isso deve liquidar com o conceito de história como “contínua”! É assim que ele ataca a ideologia do progresso em todos os seus componentes. O pensador critica, como diz Lowy, “o evolucionismo darwinista, o determinismo de tipo científico natural, o otimismo cego – dogma da vitória “inevitável” do partido – e a convicção de “nadar no sentido da corrente” (p.205). Neste aspecto, autores do pós-colonialismo como Mary Louise Pratt também fazem uma crítica a uma ideia colonial do progresso.

Em sua obra “Os olhos do império – relatos de viagem e transculturação” Mary Louise Pratt (1999, p. 24) salienta a necessidade de “[...] descolonizar o conhecimento” e é isso que a autora faz ao desconstruir as imagens pré-concebidas pelo colonizador, por aqueles que se acham em superior posição para decidir “os destinos dos primitivos”. Assim se vê a vanguarda capitalista nos futuros daqueles a quem procura explorar: como um tipo de inevitabilidade moral e histórica (p.262). Nesse sentido, a missão europeia é salvadora dos

primitivos e incultos. Pratt (1999, p. 101-2) comenta como os europeus consideravam o trabalhador nos seguintes termos:

Inteirados da atual crítica acadêmica ao discurso dos colonizadores, os leitores contemporâneos facilmente relacionam esta criação de um corpo sem discurso, desnudo, biologizado com a força de trabalho desenraizada, despojada e disponível, que os colonialistas europeus tão desumana e incansavelmente lutaram para criar em suas bases no exterior (p. 101-2).

Sob esta perspectiva, o trabalhador, o não-europeu não é considerado como indivíduo, mas como uma peça de trabalho que pode ser usada por tempo determinado e, em caso de diminuição da capacidade, é facilmente substituída por um similar. A crítica que nos interessa aqui nesta discussão sobre a obra de Márcio Souza é justamente a crítica na crença confortável do progresso automático fundado na acumulação de bens, no desenvolvimento das forças produtivas e no “domínio completo da natureza”. Isso que discutiremos mais tarde em Márcio Souza está presente também em estudiosos atuais que discutem o discurso de desenvolvimento, como é o caso de Arturo Escobar.

Em sua obra *The Making of the Third World* (1995) o pensador Arturo Escobar escreve sobre desenvolvimento econômico, fazendo uma severa crítica ao discurso sobre progresso e desenvolvimento proposto pelos países “desenvolvidos”. Ele cita, por exemplo, o discurso inaugural do presidente dos Estados Unidos Harry Truman em 1949 quando anunciou a ideia do “fair deal” para o mundo todo. Truman argumentava que os Estados Unidos tinham de ajudar a desenvolver as áreas menos desenvolvidas. Entre outras coisas, o presidente dizia que maior produção era a chave para prosperidade e paz. “E a chave para a maior produção é uma aplicação do moderno conhecimento técnico mais amplo” (TRUMAN, 1949). A ambição de Truman era mesmo grande: levar tecnologia e progresso para os menos desenvolvidos, provocar uma revolução ao promover o rápido crescimento dos bens materiais, da melhoria de vida. Este era um sonho americano que deveria ser expandido ao mundo, o sonho da abundância. Este sonho tinha obstáculos e um deles era a diversidade de culturas.

Arturo Escobar explora como este sonho de progresso e de desenvolvimento a todos os povos foi assumido pela ONU de uma forma parecida como pensava Truman. Escobar cita um documento da ONU concebido por alguns peritos na área de “desenvolvimento econômico para os países subdesenvolvidos”. O documento que Escobar critica, entre outras coisas, sugere o seguinte: existe um sentido no qual o crescimento econômico rápido é

impossível sem um ajustamento doloroso. Antigas filosofias devem ser rasgadas, instituições sociais velhas devem ser desintegradas, laços de castas, credos e raças tem de explodir e um grande número de pessoas que não podem adequar-se ao progresso terão frustrada sua expectativa de uma vida confortável. Escobar revela que o “Terceiro Mundo” foi sendo construído ou inventado desta forma. As práticas e discursos sobre o desenvolvimento sugeriam que ter-se-ia de apagar as velhas culturas e práticas a fim de entrar no ritmo do progresso. Assim foi feito o discurso sobre Ásia, sobre a América Latina e sobre a Amazônia. O discurso sobre progresso e desenvolvimento acaba sendo o discurso sobre dominação, sobre superioridade.

Aimé Cesaire, teórico do pós-colonialismo, em seu “Discurso sobre o Colonialismo” (1970) também critica explicitamente a ideia eurocêntrica de progresso, de “civilização” e de ações tomadas pelos europeus para “proteger” os outros, os “subdesenvolvidos”. Segundo ele, a “europeização” imposta a outras nações mais prejudicou e desanimou o progresso das colônias do que trouxe bem estar e coragem para avançar (p.25). A crítica Mohanty, em seu texto “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonialist Discourses” acrescenta que as atitudes colonialistas do Ocidente revelam falsidades semelhantes às aquelas propostas por Césaire. A ideia hegemônica do progresso exclusivamente dentro do contexto cultural europeus, desconsiderando as outras culturas, negando os outros, só pode ser prejudicial àqueles que não são ouvidos. Para Mohanty o progresso não é um *fait accompli*, mas uma meta sobre a qual se pode trabalhar. Há uma necessidade de desconstruir a ideia de progresso que ouve somente a voz do “ocidental”, isto é, daquele que detém o poder de decidir, o colonizador. É nesse aspecto que Márcio Souza tem discutido muito a Amazônia. Em seu artigo “Amazônia e a modernidade” (2002) Márcio Souza argumenta que a Amazônia é uma região acostumada com a modernidade e recebeu, bem como sofreu, invasões europeias e métodos modernos de exploração. O autor argumenta que:

Afastando-se os entulhos promocionais, as falácias da publicidade e a manipulação dos noticiários de acordo com interesses econômicos, nota-se que a Amazônia vem sendo quase sempre vítima, repetidamente abatida pelas simplificações, pela esterilização de suas lutas e neutralização das vozes regionais. Sem a necessária serenidade, e visão crítica da questão a partir de um projeto de sociedade nacional, os brasileiros deixam-se levar pela perplexidade quando não sucumbem definitivamente à propaganda (p. 31).

Ademais, o autor critica os tecnocratas e os responsáveis pelo “desenvolvimento” da região que são muitas vezes incapazes de aceitar as experiências vividas pelo povo local e sentem-se com poder para impor métodos de desenvolvimento. Isso tem levado a desastres, a catástrofes. O autor, que é amazonense, como romancista muito celebrado e reconhecido internacionalmente também se utiliza da ficção para satirizar a ideia de progresso e desenvolvimento, trazido à região por pessoas que não a conhecem e não estão abertas para ouvir as vozes locais. Esta sátira fica bem visível no romance *Mad Maria*, publicado em 1980.

Ao apresentar a obra, o autor já estabelece uma relação com o leitor, convidando-o a repensar a história: “Quase tudo neste livro bem poderia ter acontecido como vai descrito. No que se refere à construção da ferrovia, há muito de verdadeiro. Quanto à política das altas esferas, também. E aquilo que o leitor julgar familiar, não estará enganado, o capitalismo não tem vergonha de se repetir” (p. 11). Neste aspecto é possível perceber que o que se verifica na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é o que acontece nos demais projetos ambiciosos, que, sob a proteção do desenvolvimento, provocam perdas e danos aos envolvidos.

As ideias de progresso apresentadas pelos teóricos são refletidas aqui. Como por exemplo a sugestão de que alguém tem de ser sacrificado em nome do progresso. Assim, o romance revela que “as condições de trabalho não eram o forte daquele projeto maluco” (p. 19). Mais uma vez o capitalismo expressa claramente o desejo de progredir, de ir em frente sem se interessar pelo povo que ali vive. O fim é obter o máximo de lucro, por isso não são empregados os cuidados necessários à proteção dos trabalhadores. Esta descrição das condições de trabalho na selva reflete aquilo que Benjamin discute como a ideia “cega” de progresso:

Dentre as suas atribuições, ele chefiava os cento e cinquenta trabalhadores: quarenta alemães turbulentos, vinte espanhóis cretinos, quarenta barbadianos idiotas, trinta chineses imbecis, além de portugueses, italianos e outras nacionalidades exóticas, mais alguns poucos brasileiros, todos estúpidos. Os mais graduados, embora minoritários, eram norte-americanos, e aquele era um projeto norte-americano. Mas Collier era cidadão inglês, um velho e obstinado engenheiro inglês. Todos os homens que se relacionavam diretamente com o engenheiro eram norte-americanos, como o jovem médico, o maquinista, o foguista, topógrafos, cozinheiros e enfermeiros. Collier era o responsável por todos eles, [...]. Todos estavam igualmente maltrapilhos, abatidos, esqueléticos, decrépitos como condenados de um campo de trabalhos forçados (p. 20).

A ideia de progresso a ser imposta nada mais é que a refletida visão do colonizador que não se preocupa com exploração do trabalho humano, uma vez que antevê “desenvolvimento.” O poderoso Farquhar podia decidir qual o método que utilizaria para ver desenvolvimento numa região subdesenvolvida: “Naquela manhã de 1911, enquanto observava a vitrine da Confeitaria Colombo, Percival Farquhar já era dos homens mais poderosos do Brasil” (p. 23).

Vindo de um país mais “avançado” ele teria facilidade para impor sua maneira de pensar “pois sabia que num país como o Brasil, repleto de vícios e não inteiramente democrático, a objetividade, ou seja lá que outro nome usasse, era uma virtude menor frente a dissimulação” (p. 24). O contra-discurso a esta ideia de progresso e “desenvolvimento” vai aparecer na voz do engenheiro Colier. Por ele, o autor Marcio Souza sugere que a ideia de progresso a ser imposta pelos civilizados é uma farsa:

- Olhe para mim, rapaz, eu tenho cara de engenheiro? Eu tenho alguma coisa que ainda lembre que eu sou engenheiro? Ou que nasci em Londres e sou súdito do Rei George V? Olhe bem para mim e veja se ainda resta algum traço de civilização depois de um ano neste inferno. Que espécie de engenheiro sou eu que mando abrir fogo contra os trabalhadores? Virei uma espécie de carnicheiro raivoso, virei um bárbaro. Aqui todos viram bárbaros, e eu estou farto das pílulas do Lovelace (p. 29).

O otimismo exagerado criticado por Walter Benjamin é também satirizado por Marcio Souza quando uma personagem fala: “Acho que alguém que perdeu o miolo inventou esta ferrovia. - Nós é que não temos miolos, aceitando este trabalho” (p. 41).

O interesse “pelas façanhas da tecnologia” também alertadas por Martin Heidegger vai aparecer na voz do narrador de *Mad Maria*: “Mas Ruy explicou que, conhecendo o interesse de Hermes pelas façanhas da tecnologia moderna, era bem possível que o marechal-presidente aceitasse uma visita às frentes de trabalho no rio Madeira. Hermes admirava os alemães, era mesmo um germanófilo, [...]” (p. 69).

Assumindo o conceito de progresso, de ir à frente sem questionar, a ideia de trazer tecnologia para a Amazônia parecia muito aceitável aos olhos do presidente do Brasil. Assim, ele não resistia à ideia da ferrovia: “A ferrovia era uma façanha que Hermes não poderia resistir, e assim Farquhar ganharia a confiança do presidente” (p. 70). Como discutem Césaire, Escobar, entre outros, o discurso sobre progresso tem como finalidade lucro dos empreendedores do “Primeiro Mundo”. É o que se vê em *Mad Maria*. O narrador diz:

“Farquhar tinha a maior veneração pela instituição do lucro e chegava a acreditar que o lucro era a maior criação de Deus. Na natureza tudo era fonte de lucro, ele tinha certeza que um Deus esperto não teria agido assim por nada” (p. 91). Nesse sentido, o dinheiro manipula a mídia para que veicule apenas notícias que correspondam aos interesses dos investidores, dos colonizadores. A sátira do autor à idéia colonizadora de progresso e desenvolvimento é bem visível na seguinte passagem:

- O que eu estava querendo dizer é que aqui estamos vivendo uma espécie de guerra. É uma civilização que está avançando, vencendo a barbárie. Numa guerra acontecem coisas ruins, em geral. Mas sempre o homem consegue fazer conquistas. No futuro, algumas descobertas médicas deverão ser computadas ao nosso sacrifício aqui (p. 191).

Isso reflete claramente a questão discutida por Aimé Césaire em *Discurso sobre o Colonialismo* que apresentamos no início de nossa discussão. É preciso falar em Civilização e progresso para justificar a colonização. O contra-discurso à ideia de progresso apresentada por Márcio Souza fica muito visível nesta passagem:

[...] Quer saber o que significa para mim o progresso? Uma política de ladrões enganando povos inteiros. Birmânia, Índia, África, Austrália, os nossos alvos.

- Mas nós estamos deixando a nossa marca.

- É claro que estamos deixando a nossa contribuição. Ao lado da cadeia de tijolos, está a escola para formar funcionários nativos subalternos. Nós não nos esquecemos nem de ensinar aos jovens nativos o futebol. E aprendem a beber uísque, principalmente a beber uísque. Enquanto isso, nos clubes de *pukkasahibs*, nós repetimos ano após ano a mesma conversa. E enchemos a cara enquanto enriquecemos, enquanto destruimos tudo, enquanto espalhamos os nossos próprios vícios (SOUZA, 2005, p. 341).

Há uma visível crítica ao desenvolvimento e ao progresso que nada interessa ao povo local. Na realidade, o progresso neste caso é a destruição, é a catástrofe mencionada por Benjamin.

A crítica canadense Mary Louise Pratt (1999, p. 120) já mencionada neste trabalho, assevera que “apartados da paisagem em disputa, os povos indígenas são abstraídos da história que está sendo feita – uma história na qual os europeus tencionam reinseri-los como reservatório de trabalho explorado” (p. 120). A história e o fim dos trabalhadores não importam, uma vez que o progresso exige sacrifícios como anunciava o presidente Truman. Assim o narrador de *Mad Maria* nos revela:

Os construtores da estrada de ferro chegaram, pois, à seguinte conclusão: seria necessário conseguir novos trabalhadores todos os meses. Estas levadas que chegassem mensalmente substituiriam os mortos e inutilizados. Os homens chegariam, num certo mês, cheios de saúde e esperança. Dois ou três meses após, os que não tivessem morrido estariam inutilizados, em sua maioria. Os que não abandonassem o trabalho seriam despedidos, por inúteis. E nova leva de homens de boa saúde estaria chegando para substituí-los (p. 211).

Note-se que, ao realizar tal planejamento, a intenção dos construtores era a de explorar ao máximo a capacidade de cada trabalhador, que fora estimada por eles em aproximadamente três meses de efetivo de trabalho, depois disso muitos morreriam, outros tantos ficariam doentes, isto é, aquele grupo seria descartado e chegaria outro grupo. Fica evidente, em tal evento, a exploração pura e simples do trabalho humano. O que o colonizador pretende na terra do colonizado é fazer dos nativos servidores mais produtivos com o fim de oferecer mais lucro, pois o que o colonizador quer é lucro, usurpação e privilégio na terra do colonizado, como sugere Albert Memmi (2007, p. 5). *Mad Maria* reflete bem esta condição, como vemos na seguinte passagem:

Por que construir uma estrada de ferro entre o nada e o nada? Por quê? Porque isto pode ser tão lucrativo quanto um ato de Deus! E ele tinha deixado escapar um palavrão. Porra! E outro palavrão tinha raspado sua garganta seca. Filho da puta! Porra, eu assino o contrato, seu filho da puta! (p. 337)

O que se coloca como “progresso”, portanto, na realidade é o desejo de lucro. Não há interesse com o bem estar da população, dos trabalhadores que constroem a estrada de ferro, com as pessoas que vivem naquele ambiente. Nada se planeja para favorecer uma coletividade, mas sim, um pequeno grupo, como sugere o narrador de Márcio Souza:

Dentro do salutar espírito do monopólio, o armazém, a tinturaria, o cinema, o cassino, os prédios públicos, os alojamentos, o hospital, os depósitos, pertenciam ao Sindicato Farquhar. Porto Velho não contava em 1911 com a presença de nenhuma autoridade brasileira. A ordem era mantida por uma polícia particular e o Sindicato Farquhar lucrava com a venda de cada bolacha *cream-cracker* que a moderna fábrica de bolachas produzia sem parar. (p. 400)

O diálogo apresentado por Márcio Souza seguir é significativo também:

Sendo a nossa estradinha o ponto principal deste altruístico programa brasileiro, Farquhar, nosso patrão, decidiu emprestar ao Brasil o nosso gênio, em troca de alguns dólares.

- E a Bolívia precisava de uma saída para o mar?

- Isto não tem nenhuma importância. Quem é a Bolívia para precisar de alguma coisa? (p. 342)

Sugere-se, portanto, que há, claramente, uma crença na “superioridade” e “inferioridade” de povos. Uns são merecedores de bem-estar, outros não. Neste aspecto cremos que seja conveniente mencionar novamente o pensador tunisiano Albert Memmi:

À agressão ideológica que tende a desumanizá-lo e, em seguida, a mistificá-lo, correspondem em suma situações concretas que visam ao mesmo resultado. Ser mistificado já é, mais ou menos, avaliar o mito e a ele conformar seu comportamento, isto é, ser regido por ele. Ora, além disso, esse mito se apóia solidamente em uma organização bastante real, uma administração e uma jurisdição; alimentado, renovado pelas exigências históricas, econômicas e culturais do colonizador (2007, p. 132).

Nota-se que em *Mad Maria*, refletindo a teoria de Memmi, o indígena é conformado a um modelo, sua imagem é mistificada e, com isso, torna-se possível, via sua desumanização, a retirada de seus valores, práticas e significados. Esta desumanização em nome do progresso, da “luz” é também criticada por Frantz Fanon, (1925-1961) pensador revolucionário e um dos principais alicerces da teoria pós-colonial. Fanon analisa os mecanismos da alienação usados pelas empresas coloniais européias que justificam seu controle de território do colonizado com o discurso de progresso. Por ser o colonizado retratado como primitivo, preguiçoso, no limiar entre o homem e o animal, o colonizador tem a missão, ou pelo menos acredita nisso, de civilizá-lo, de levar luz a estas trevas em que consiste a sociedade do colonizado. Quanto a esta ideologia do colonizador

Podemos concluir que em sua obra de ficção *Mad Maria*, Marcio Souza, de certa forma, reitera a sua visão de progresso sobre a Amazônia. Desta forma a sua ficção apresenta um contra-discurso ao satirizar aqueles que acreditam que podem trazer progresso sem ouvir a Amazônia e os amazônidas. Progresso pode ser catástrofe, pode ser desastre para os “primitivos” para os “nativos” para os locais se não for pensado, discutido, analisado partindo de vozes locais. É preciso que as experiências e vivências dos povos da Amazônia sejam levadas em conta quando se discute desenvolvimento e progresso para a região. Como o autor afirma em seu artigo “Amazônia e modernidade”, “se o modelo econômico brasileiro insiste em destruir riquezas que sequer foram computadas, movido por puro imediatismo econômico, não se deve agravar mais a região, impondo-se soluções aparentemente ditadas pelo espírito da solidariedade” (p. 35).

Referências

BENJAMIN, Walter. *On the Concept of History*, in *Selected Writings*, vol. 4, ed. Howard Eiland and Michael W. Jennings, trans. Edmund Jephcott et al., (Cambridge: Harvard University Press), 2003.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 2010.

HEIDEGGER, Martin. *The question Concerning Technology and other Essays*. Translated and with an introduction by William Lovitt. N York: Harper Books, 1969

LOWY, Michael. *A filosofia da história de Walter Benjamin*. Estudos Avançados- USP. 16 (45), 2002. pp. 199-206.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOHANTI, Chandra Talpade. *Under Western Eyes*. Disponível em: <<http://blog.lib.unm.edu>>. Acesso em 27 Nov. 2011.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

_____. *Amazônia e Modernidade*. Em Estudos Avançados. USP. Vol. 16, n. 45. Maio/Agosto de 2002. pp. 31-36.

Recebido em: 16/01/2012. Aceito em: 18/02/2012.